

OPPORTUNITY ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

***DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018***

OPPORTUNITY ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Balancos Patrimoniais

Demonstrações dos Resultados

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Demonstrações dos Valores Adicionados

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

OPPORTUNITY ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 02.318.346/0001-68

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Em milhares de reais)

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas., as Demonstrações Contábeis acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia, no período, não realizou e/ou promoveu nenhuma mudança administrativa nem programas de racionalização de custos, bem como qualquer reorganização societária que influenciasse e/ou modificasse os planos operacionais e estratégicos.

Em 12 de agosto de 2019 a Companhia liquidou antecipadamente, do principal, o montante de US\$ 3.000 (R\$ 12.076) dos empréstimos com vencimento em 30/11/2022.

A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos no período poderão ser examinados através das próprias Demonstrações Contábeis e notas explicativas.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Divulgação de Informações Sobre Serviços de Não Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes – Grant Thornton Auditores Independentes, informamos que não há outros serviços prestados pelos mesmos a Opportunity Energia e Participações S.A.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2020.

Opportunity Energia e Participações S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Opportunity Energia e Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Opportunity Energia e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Opportunity Energia e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia. Conforme evidenciado nas demonstrações contábeis, a Companhia não vem exercendo atividades operacionais e vêm apurando prejuízos de forma recorrente. Essa situação indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. A continuidade das atividades operacionais da Companhia depende do sucesso de novos projetos, bem como do suporte financeiro por parte dos seus acionistas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Títulos e valores mobiliários

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía cotas de fundos de investimentos, classificados no ativo não circulante, como títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, no montante de R\$370.651 mil, que representa aproximadamente 99% do total do Ativo da Companhia. Esses títulos estão avaliados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes e estão precificadas pelo administrador do fundo de acordo com a política de remuneração estabelecida no seu regulamento e estão registradas ao seu valor justo baseado em avaliação econômico-financeira, conforme determina as instruções CVM 578/2016 e CVM 579/2016.

Devido sua representatividade deste ativo em relação ao total do Patrimônio Líquido e do total de Ativos da Companhia, alinhado a certa subjetividade na avaliação desses títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, bem como a verificação se foram registrados e contabilizados de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a referidos instrumentos financeiros, consideramos esta área como de risco e, novamente para o corrente exercício, um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram: (a) com o apoio de nosso especialistas da área financeira, realizamos a avaliação da precificação da cota com base nas condições contratuais consideradas pela Administração na mensuração do valor justo dos ativos mantidos pelo fundo; (b) procedemos com confirmação independente junto à instituição financeira administradora do fundo de investimento com relação a quantidade de cotas existentes em 31 de dezembro de 2019 e; (c) verificação da adequação das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas nas notas 3 (b) e 5.

Com base na abordagem e nos procedimentos de auditoria executados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitáveis as premissas e critérios aplicadas no reconhecimento e mensuração do valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sobre os títulos e valores mobiliários em cotas de fundos de investimento, assim como adequada as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Partes relacionadas

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía empréstimo com partes relacionadas no montante de R\$179.382 mil, classificado no passivo não circulante que representa aproximadamente 56% do total do passivo total da Companhia. Esse instrumento financeiro passivo (empréstimo) é avaliado ao custo amortizado, atualizado por juros, variação cambial (Taxa Libor) e incidência de imposto de renda na fonte. Devido sua representatividade em relação ao Patrimônio Líquido e Passivos da Companhia, consideramos esta área como de risco e, portanto, novamente um principal assunto de auditoria para o exercício corrente.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, realizamos o recálculo dos encargos (juros + Libor) e a respectiva provisão de imposto de renda na fonte a recolher, bem como a confirmação da existência desse empréstimo por meio de confirmação independente. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas nas notas 3 (b) e 6.

Com base na abordagem, procedimentos de auditoria executados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos adequadas e apropriadas as premissas aplicadas no reconhecimento e mensuração dos empréstimos mantidos com partes relacionadas, assim como as respectivas divulgações no contexto da elaboração das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações

contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2020.

Marcio Romulo Pereira
CT CRC RJ-076774-O-7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 "S" – RJ

DECLARAÇÃO

Declaramos, na qualidade de diretores da Opportunity Energia e Participações S.A. (“Companhia”), sociedade por ação, com sede na Av. Presidente Wilson nº 231, 28º andar (parte), Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.318.346/0001-68, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações contábeis da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2020.

Diogo Alexandre de Melo Bahia
Diretor de Relações com Investidores

Eduardo de Britto Pereira Azevedo
Diretor Econômico Financeiro

DECLARAÇÃO

Declaramos, na qualidade de diretores da Opportunity Energia e Participações S.A. (“Companhia”), sociedade por ação, com sede na Av. Presidente Wilson nº 231, 28º andar (parte), Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.318.346/0001-68, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia (Grant Thornton Auditores Independentes) referentes as demonstrações contábeis da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2020.

Diogo Alexandre de Melo Bahia
Diretor de Relações com Investidores

Eduardo de Britto Pereira Azevedo
Diretor Econômico Financeiro

OPPORTUNITY ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanços Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

<u>Ativo</u>	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>Passivo</u>	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante				Não Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	298	291	Tributos diferidos	9	54.467	44.158
Tributos a recuperar		28	45	Partes relacionadas	6	179.382	260.160
Total do Ativo Circulante		<u>326</u>	<u>336</u>	Empréstimos	7	83.120	-
				Tributos com exigibilidade suspensa		11	10
				Total do Passivo Não Circulante		<u>316.980</u>	<u>304.328</u>
Não Circulante				Patrimônio Líquido	10		
Títulos e valores mobiliários	5	370.651	334.758	Capital social		15.661	3.461
Depósito judicial		11	10	Ajuste de avaliação patrimonial		112.536	86.951
Total do Ativo Não Circulante		<u>370.662</u>	<u>334.768</u>	Prejuízos acumulados		(74.189)	(59.636)
				Total do Patrimônio Líquido		<u>54.008</u>	<u>30.776</u>
Total do Ativo		<u>370.988</u>	<u>335.104</u>	Total do Passivo e Patrimônio líquido		<u>370.988</u>	<u>335.104</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

OPPORTUNITY ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(135)	(120)
Despesas tributárias		(32)	(36)
Resultado antes do resultado financeiro		<u>(167)</u>	<u>(156)</u>
Resultado financeiro líquido	12	(14.386)	(43.967)
Prejuízo do exercício		<u>(14.553)</u>	<u>(44.123)</u>
Prejuízo básico e diluído por ação	10.c	(0,01009)	(0,03657)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

OPPORTUNITY ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prejuízo do exercício	<u>(14.553)</u>	<u>(44.123)</u>
Outros resultados abrangentes	25.585	(1.247)
Resultado abrangente do exercício	<u>11.032</u>	<u>(45.370)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

OPPORTUNITY ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Ajuste de Avaliação Patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.461	88.198	(15.513)	76.146
Ajuste ao valor justo de títulos e valores mobiliários	-	(1.247)	-	(1.247)
Prejuízo do exercício	-	-	(44.123)	(44.123)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>3.461</u>	<u>86.951</u>	<u>(59.636)</u>	<u>30.776</u>
Aumento de capital - AGE 12.08.2019	12.200	-	-	12.200
Ajuste ao valor justo de títulos e valores mobiliários	-	25.585	-	25.585
Prejuízo do exercício	-	-	(14.553)	(14.553)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>15.661</u>	<u>112.536</u>	<u>(74.189)</u>	<u>54.008</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

OPPORTUNITY ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo do exercício	(14.553)	(44.123)
<i>Ajustes ao resultado do período:</i>		
Variações cambiais líquidas sobre empréstimos	10.149	35.814
Provisão do imposto de renda sobre empréstimos	(2.356)	2.518
Juros sobre empréstimos	6.610	5.658
Variações monetárias líquidas	<u>(1)</u>	<u>(3)</u>
Prejuízo do exercício ajustado	<u>(151)</u>	<u>(136)</u>
Redução (aumento) de ativos:		
Tributos a recuperar	18	(2)
Depósito judicial	-	(2)
Redução (aumento) de passivos:		
Obrigações fiscais	-	<u>1</u>
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	<u>(133)</u>	<u>(139)</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aumento de capital	12.200	-
Partes relacionadas	<u>(12.060)</u>	-
Recursos provenientes das atividades de financiamento	<u>140</u>	<u>-</u>
Redução (aumento) de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u><u>7</u></u>	<u><u>(139)</u></u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do período	291	430
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do período	<u>298</u>	<u>291</u>
Redução (aumento) de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u><u>7</u></u>	<u><u>(139)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

OPPORTUNITY ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos Valores Adicionados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos correspondentes)		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(135)	(120)
Valor adicionado bruto	<u>(135)</u>	<u>(120)</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	54.084	43.520
Valor adicionado total a distribuir	<u><u>53.949</u></u>	<u><u>43.400</u></u>
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	32	36
Juros e variações cambiais	68.470	87.487
Prejuízo incorporado	<u>(14.553)</u>	<u>(44.123)</u>
Valor adicionado distribuído	<u><u>53.949</u></u>	<u><u>43.400</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

OPPORTUNITY ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto Operacional

A Opportunity Energia e Participações S.A. (“Companhia”), sociedade de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, participação em empreendimentos imobiliários, participação, como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos.

Em 2015, a Companhia adquiriu 205,3267 cotas do Opportunity Agro Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“Agro FIP”). O Agro FIP foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado de 10 (dez) anos contados a partir da primeira integralização de cotas do fundo em novembro de 2013, prorrogável por deliberação da assembleia geral de cotistas, tem por objetivo proporcionar aos seus condôminos a valorização de suas cotas, mediante a aplicação em ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas, vide detalhes na nota explicativa 5.

Em 2015, na mesma operação envolvendo a aquisição de cotas do Agro FIP, a Companhia contraiu empréstimos em moeda estrangeira (US dólares) com vencimento em 30/11/2022, no montante de US\$48 milhões com encargos financeiros de 1% a.a. + Libor, vide detalhes na nota explicativa 6.

Até o momento a Companhia não exerce atividades operacionais, apresenta prejuízos acumulados e vem apresentando prejuízo recorrentes. Caso seja necessário obterá aportes de capital de seus acionistas para honrar seus compromissos de curto prazo. A Companhia está avaliando oportunidades de futuras aquisições e não tem nenhuma operação com previsão de ser finalizada até a data de emissão deste relatório.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Resoluções emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

As Demonstrações Contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi aprovada pela Administração em 13 de março de 2020.

Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

b) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional").

c) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia e de sua controlada. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações anuais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2018.

2.2. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, da seguinte forma:

a) Em vigor para o período iniciado em 1º de janeiro de 2019:

- **CPC 06(R2)/IFRS 16** - Arredamentos (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2019) – A norma remove a distinção entre arrendamento operacional e financeiro e requer o reconhecimento de um ativo (o direito de utilizar o item arrendado) e um passivo financeiro relacionado com o pagamento de alugueis.
- **IFRIC 23/ICPC 22** – Esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos dos tributos sobre o lucro. A Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019

Os pronunciamentos que começaram a vigorar em 1º de janeiro de 2019 não causaram impactos na Companhia.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020:

- **CPC 00 (R2)** – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2020) – A revisão da norma estabelece alterações no CPC 00 (R1) com destaque para: o objetivo do relatório financeiro; definições de ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e

despesas; critérios para a inclusão de ativos e passivos nas demonstrações contábeis (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento); bases de mensuração e orientação sobre quando usá-las e conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação.

- **IAS 1 /CPC 26 e IAS 8/ CPC 23** – Modifica a definição de “material”, esclarecendo aspectos da aplicação da materialidade nas informações divulgadas.
- **IFRS 3 / CPC 15** – Definição de negócio - Esta alteração constitui uma revisão da definição de “negócio” para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais.
- Revisão de pronunciamentos técnicos nº 14 - Estabelece alterações em diversos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas.
- Revisão de pronunciamentos técnicos nº 15 - Alterações dos pronunciamentos técnicos em decorrência da definição do termo "Reforma da Taxa de Juros de Referência", quanto à contabilização de Hedge.
- **IFRS 17 /CPC 50** – Contratos de seguro - A IFRS 17 substitui a IFRS 4/CPC11 – Contratos de seguro. O objetivo da alteração é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem de forma fidedigna a essência desses contratos, por meio de um modelo de contabilidade consistente.

A Companhia avaliou os reflexos destas normas, e no entanto, não espera impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

3 - Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, os quais estão mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldo em aplicações financeiras,

conforme Nota Explicativa nº 4.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O modelo de negócios reflete como a Companhia administra seus ativos financeiros e até que ponto os fluxos de caixa dos ativos financeiros são gerados pela captação dos fluxos de caixa contratuais, pela venda dos ativos financeiros ou por ambos, utilizando-se de cenários esperados de ocorrência.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes correspondem a ativos financeiros mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidas como resultados abrangentes (líquido de impostos).

Para os investimentos em instrumento de patrimônio sem influência significativa e que não sejam mantidos para negociação, cuja designação para essa categoria foi adotada pela Companhia, a mensuração subsequente foi realizada ao valor justo com os ganhos e perdas oriundas de mudanças no valor justo reconhecidos em outros resultados abrangentes, na conta de “Ajuste de avaliação Patrimonial”. Quando o investimento é alienado, ganho ou perda acumulado será transferido dentro do Patrimônio líquido.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

(iv) Hierarquia de valor justo

A Companhia aplica a hierarquia do valor justo introduzida pelo CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação para todos os itens mensurados ao valor justo. A hierarquia concede prioridade máxima aos inputs do Nível 1 e prioridade mínima aos inputs do Nível 3. As premissas de cada nível seguem abaixo:

Nível 1: são preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode acessar na data de mensuração.

Nível 2: são aqueles que não são preços cotados incluídos no Nível 1 e que são observáveis para o

ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente.

Nível 3: são inputs baseados em dados não-observáveis.

c) Tributos a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções tributos federais.

d) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são realizados para dar curso a discussões judiciais. São apresentados no ativo na expectativa de que ocorram desfecho favorável das questões para a Companhia.

e) Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social (“CSLL”). O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 mil no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos, quando aplicável. A Companhia não apurou lucro tributável no período.

f) Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo período.

g) Demonstrações do valor adicionado

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

h) Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Depósitos bancários	-	3
Aplicações financeiras (a)	298	288
Total	<u>298</u>	<u>291</u>

(a) As aplicações financeiras de curto prazo são constituídas de quotas de fundos de investimentos de renda fixa, mantidos em instituições de primeira linha, prontamente conversíveis em caixa. Em 2019, a remuneração média foi de 94% do CDI (97% em 2018). A seguir está apresentada a composição da carteira de aplicações financeiras:

Fundo	Nível	Administradora	31/12/2019		31/12/2018	
			Quant. de cotas	Valor	Quant. de cotas	Valor
Opportunity Top DI	1	BNY Mellon	36.001,49	164	66.578,60	286
Itaú Top DI FICFI	1	Itaú S.A.	28.070,02	134	411,21	2
				298		288

5 - Títulos e Valores mobiliários – Cotas de fundos de investimentos

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia detém 205,3267 cotas do Opportunity Agro Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior-FIP, administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM Ltda., representando 16,02% do patrimônio líquido do referido Fundo, no montante de R\$ 203.649, adquiridos em 2015 e que foram subscritas da seguinte forma:

- 1,01 cota no montante de R\$1.003, subscrita em dinheiro;
- 204,3167 cotas no montante de R\$202.646, subscritas da seguinte forma: R\$1.500 em dinheiro e R\$201.146 em debêntures simples não conversíveis emitidas pela PW 237 Participações S.A.

Essas cotas de fundos de investimentos são precificadas pelo administrador do fundo de acordo com a política de remuneração estabelecida no seu regulamento e estão registradas ao seu valor justo baseando-se em avaliação econômico-financeira, conforme determina as instruções CVM 578/2016 e CVM 579/2016.

Em 31 de dezembro de 2019, as cotas do Agro FIP estão classificadas como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme definido na prática descrita na nota explicativa 3.b (i).

A intenção da Administração da Companhia de não negociar as referidas cotas no curto ou médio prazo, reflete os critérios de contabilização, onde os ganhos e perdas da valoração das cotas são reconhecidos no Patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial, líquido dos efeitos tributários, como segue:

	Custo	Ajuste a valor justo (a)	Total	Tributos Diferidos (b)	Saldo 31/12/2019 (c=a-b)
Agro FIP	203.649	167.002	370.651	(54.467)	112.535

Em 31 de dezembro de 2019 o montante de títulos e valores mobiliários (cotas de fundos de investimento) foi atualizado ao valor justo, com base no valor da cota disponibilizado pela administradora do Fundo Agro FIP, houve um efeito positivo, líquido de tributos, reconhecido no resultado abrangente no exercício de R\$ 25.585.

6 - Partes relacionadas

Representado pelos empréstimos em moeda estrangeira (dólar norte-americano), com vencimento em 30 de novembro de 2022, conforme registros no Banco Central do Brasil no valor de US\$ 15.000 e no valor de US\$ 23.000, com encargos financeiros semestrais de 1% a.a. acima da Libor (6 meses), incidentes sobre o saldo devedor do principal.

Sobre estes empréstimos incide imposto de renda sobre o saldo dos encargos da dívida, os quais montam a R\$ 8.769 (R\$ 11.125 em dezembro de 2018), classificados como imposto de renda sobre empréstimos, no passivo não circulante.

Em 12 de agosto de 2019 a Companhia liquidou antecipadamente, do principal, o montante de US\$ 3.000 (R\$ 12.076), referente ao contrato de US\$ 23.000 mencionado acima.

Modalidade	Taxas	Principal	Encargos (VC + Juros)	Total
Capital Estrangeiro L.P.	1% a.a. + Libor	68.258	152.355	170.613
IRRF sobre encargos				8.769
				179.382

7 - Empréstimos

Representado originalmente por empréstimo registrado pelo Banco Central do Brasil através do contrato de câmbio 128626275 no valor de US\$ 15.000, com encargos financeiros semestrais de 1% a.a. acima da Libor (6 meses) e vencimento em 30 de novembro de 2022, cujo crédito foi cedido a um Fundo de Direito Creditório Não Padronizado, através de Contrato de Cessão de Direitos realizado em 17 de dezembro de 2019.

Modalidade	Taxas	Principal	Encargos (VC + Juros)	Total
Capital Estrangeiro L.P.	1% a.a. + Libor	34.434	48.686	83.120

8 - Remuneração do pessoal chave da Administração

A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou a pessoas chave da Administração ou qualquer outra operação com parte relacionada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

9 - Tributos diferidos

Representado pelas provisões do imposto de renda e da contribuição social, calculadas com base nas alíquotas vigentes sobre o saldo registrado a título de ajuste a valor patrimonial no patrimônio líquido, sobre os títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda no ativo não circulante, conforme descrito na nota explicativa nº 5.

10 - Patrimônio líquido

a) Capital social

Representado por 1.816.703.827 (1.206.703.827 em 31/12/2018) ações ordinárias, sem valor nominal.

A Companhia poderá aumentar o seu capital social, independentemente de decisão em assembleia, até o limite de R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração.

A Assembleia Geral Extraordinária de 12 de agosto de 2019, aprovou o aumento do capital social em R\$ 12.200 com a emissão privada de 610.000.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Representado pelos ganhos não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, entre o valor justo e o valor de custo das cotas do Agro FIP, registradas como títulos e valores mobiliários no ativo não circulante e classificadas como disponível para venda, conforme nota explicativa nº 5.

c) Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 (Resultado por ação), foram reconciliados o prejuízo e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído:

	Prejuízo do exercício	Quantidade de ações	Resultado por ação
31/12/2019	(14.553)	1.442.995.036	(0,01009)
31/12/2018	(44.123)	1.206.703.827	(0,03657)

11 - Despesas administrativas

Está representada, substancialmente, pelo montante de R\$40 (R\$38 em 31/12/2018) referente a despesas com a anuidade a B3 S.A., R\$46 (R\$36 em 31/12/2018) de despesas com serviços técnicos especializados e R\$ 33 (R\$32 em 31/12/2018) com serviços de publicações.

12 - Resultado financeiro líquido

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras		
Receita de variação cambial sobre empréstimo	48.254	42.174
Imposto de renda sobre empréstimos	5.814	1.323
Outras receitas financeiras	17	23
	54.085	43.520
Despesas financeiras		
Despesa de variação cambial sobre empréstimo	(58.403)	(77.988)
Imposto de renda sobre empréstimos	(3.458)	(3.841)
Juros sobre empréstimos	(6.610)	(5.658)
	(68.471)	(87.487)
Resultado financeiro Líquido	(14.386)	(43.967)

11 - Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Considerações gerais e políticas

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar

suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração.

A Companhia analisou sua exposição a risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros e câmbio), risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração.

Estes riscos significativos de mercado que afetam a Companhia podem ser assim resumidos:

Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos produzidos pela Empresa e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia.

Os resultados da Companhia não estão sujeitos a exposição, sensibilidade e variação dos preços de mercado por não está desenvolvendo nenhuma atividade operacional.

Risco de taxa de juros e taxa de câmbio

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré ou pós-fixadas.

A Companhia possui instrumentos financeiros em moeda estrangeira, estando, portanto, sujeita aos impactos oriundos das variações das taxas de câmbio.

Risco de crédito

As políticas de crédito da fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco.

Risco de liquidez

Representa o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A tabela a seguir apresenta os fluxos financeiros dos passivos da Companhia e os respectivos prazos de vencimento, conforme nota 6. A Companhia possui ativos líquidos suficientes para cobrir as saídas de caixa.

Obrigações	31/12/2019 Fluxo contratual		31/12/2018 Fluxo contratual	
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Até 12 meses	Acima de 12 meses
Empréstimos	-	253.733	-	249.034
Total de obrigações		253.733		249.034

Análise de sensibilidade

Conforme requerido pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Sociedade deve apresentar uma análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerando relevante pela Administração originada por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício.

A Companhia possui exposição com relação às variações dos índices pós-fixados que afetam tanto a receita financeira quanto a despesa financeira. A mediana da expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil (Relatório Focus), indicavam:

Taxa efetiva estimada para 2020	
CDI	4,50%
DÓLAR	R\$ 4,00

Adicionalmente, a Administração efetuou teste de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% em relação ao cenário provável, para cada cenário e foram calculadas as receitas financeiras ou despesas financeiras não se levando em consideração a incidência de tributos. Dessa forma, teríamos o seguinte demonstrativo de análise de sensibilidade:

Operação	Fator de risco	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Ativos				
Indexador	CDI	4,50%	3,38%	2,25%
Aplicações financeiras				
R\$ 298 em 31/12/2019	-	13	10	7
Passivos				
Indexador	Dólar	R\$ 4,00	R\$ 5,00	R\$ 6,00
Empréstimos				
R\$ 253.733 em 31/12/2019	-	(1.933)	61.017	123.967

12. Eventos subsequentes

Coronavírus (COVID-19)

Conforme recomendado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, por meio do OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020, no qual destaca a importância das Companhias considerarem os impactos do agente de coronavírus ("COVID-19") em seus negócios e divulgarem os potenciais riscos e incertezas, se houverem, decorrentes dessa análise, levando em consideração as normas contábeis aplicáveis.

Na data da aprovação das demonstrações contábeis, a Companhia vem monitorando e acompanhando a evolução do COVID-19 no Brasil e, até o momento, não identificou alterações no uso de julgamento ou alterações na elaboração de estimativas praticadas e divulgadas nas notas explicativas nº 2 e 3.

Não é possível mensurar ou antecipar impactos econômicos financeiros futuros decorrentes do COVID-19, no que se refere a oscilação da taxa de câmbio e da cotação do preço do barril do petróleo que seguem tendências mundiais. Em caso de alteração de cenário, a Companhia realizará os melhores esforços e tomará as providências necessárias, comunicando todos os envolvidos.